

**RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO**  
**SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2013**

**INTRODUÇÃO**

1. Para os efeitos do artigo 48.º alínea d) da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Celorico da Beira**, reportada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 9.633.067,02 € de despesa paga e um total de 9.834.818,96 € de receita cobrada), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 49.246.522,91 € e um total de fundos próprios de 12.660.043,84 €, incluindo um resultado líquido de 497.914,84 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

**RESPONSABILIDADES**

3. É da responsabilidade do Órgão Executivo Municipal:
  - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
  - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade.
4. A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira e orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

## ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

**Mapa 1 - Execução Orçamental da Despesa (em Euros)**

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Dez 13	Grau Exec. Orç Dez 12
Cl.	Designação								
1	Despesas com o pessoal	4 272 133,50	4 053 686,24	218 447,26	94,89%	3 290 658,28	981 475,22	77,03%	75,48%
2	Aquisição de bens e serviços	6 646 220,04	6 032 834,49	613 385,55	90,77%	2 538 372,00	4 107 848,04	38,19%	37,46%
3	Juros e outros encargos	2 563 492,62	2 509 335,70	54 156,92	97,89%	343 806,72	2 219 685,90	13,41%	31,51%
4	Transferências correntes	297 384,20	190 317,91	107 066,29	64,00%	121 680,94	175 703,26	40,92%	49,16%
5	Subsídios	390 000,00	387 500,00	2 500,00	99,36%	387 500,00	2 500,00	99,36%	98,82%
6	Outras despesas correntes	1 821 954,00	1 798 769,38	23 184,62	98,73%	150 586,85	1 671 367,15	8,27%	38,69%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>15 991 184,36</b>	<b>14 972 443,72</b>	<b>1 018 740,64</b>	<b>93,63%</b>	<b>6 832 604,79</b>	<b>9 158 579,57</b>	<b>42,73%</b>	<b>50,98%</b>
7	Aquisição de bens de capital	8 195 171,34	7 814 666,62	380 504,72	95,36%	1 787 401,49	6 407 769,85	21,81%	29,05%
8	Transferências de capital	159 683,00	126 030,38	33 652,62	78,93%	18 500,00	141 183,00	11,59%	35,60%
9	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00		
10	Passivos financeiros	9 684 228,51	9 683 549,93	678,58	99,99%	994 560,74	8 689 667,77	10,27%	44,14%
11	Outras despesas de capital	500,00	0,00	500,00	0,00%	0,00	500,00	0,00%	99,70%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>18 039 582,85</b>	<b>17 624 246,93</b>	<b>415 335,92</b>	<b>97,70%</b>	<b>2 800 462,23</b>	<b>15 239 120,62</b>	<b>15,52%</b>	<b>34,73%</b>
<b>TOTAL DE DESPESAS</b>		<b>34 030 767,21</b>	<b>32 596 690,65</b>	<b>1 434 076,56</b>	<b>95,79%</b>	<b>9 633 067,02</b>	<b>24 397 700,19</b>	<b>28,31%</b>	<b>44,45%</b>

**Mapa 2 - Execução Orçamental da Receita (em Euros)**

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Saldo	Grau Exec. Dez 13	Grau Exec. Dez 12
Cl.	Designação					
1	Impostos directos	884 070,00	1 067 901,25	183 831,25	120,79%	102,82%
2	Impostos indirectos	25 460,00	86 436,10	60 976,10	339,50%	95,17%
4	Taxas, multas e outras penalidades	493 610,00	439 578,44	-54 031,56	89,05%	96,11%
5	Rendimentos da propriedade	450,00	447,43	-2,57	99,43%	6,63%
6	Transferências correntes	5 184 883,69	4 674 635,93	-510 247,76	90,16%	33,77%
7	Venda de bens e serviços correntes	874 070,00	803 709,33	-70 360,67	91,95%	83,06%
8	Outras receitas correntes	570,00	1 007,88	437,88	176,82%	353,49%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>7 463 113,69</b>	<b>7 073 716,36</b>	<b>-389 397,33</b>	<b>94,78%</b>	<b>43,85%</b>
9	Venda de bens de investimento	110,00	0,00	-110,00	0,00%	0,00%
10	Transferências de capital	2 836 189,00	2 551 730,24	-284 458,76	89,97%	80,17%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	23 803 591,43	0,00	-23 803 591,43	0,00%	0,00%
13	Outras receitas de capital	20,00	1 418,22	1 398,22	7091,10%	118,75%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>26 639 910,43</b>	<b>2 553 148,46</b>	<b>-24 086 761,97</b>	<b>9,58%</b>	<b>45,38%</b>
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	3 250,00	5 701,95	2 451,95	175,44%	285,26%
16	Saldo da gerência anterior	192 885,09	192 885,09	0,00	100,00%	100,00%
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		<b>196 135,09</b>	<b>198 587,04</b>	<b>2 451,95</b>	<b>101,25%</b>	<b>100,93%</b>
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>		<b>34 299 159,21</b>	<b>9 825 451,86</b>	<b>-24 473 707,35</b>	<b>28,65%</b>	<b>45,20%</b>



**Mapa 3 - Indicadores de Análise da evolução da Despesa**

Rátios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/13	dez/12	dez/13	dez/12
Receita total / Despesa total	99,55%	101,68%	30,14%	59,07%
Receita corrente / Despesa corrente	100,06%	84,16%	47,24%	48,50%
Receita capital / Despesa capital	91,17%	130,64%	14,49%	77,28%
Despesa Pessoal / Despesa Total	33,34%	31,91%	12,44%	22,94%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	25,72%	26,37%	18,51%	34,68%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	18,11%	18,66%	23,97%	22,77%
Serviço da Dívida / Despesa Total	10,08%	9,55%	29,71%	5,61%
Receitas próprias / Despesa Total	26,33%	23,52%	7,97%	13,66%
Transferências recebidas / Despesa Total	73,22%	78,16%	22,17%	45,41%
Juros e outros encargos / Despesa Total	3,48%	3,09%	7,70%	5,01%

**Mapa 4 - Indicadores de Análise da evolução da Receita**

Rátios de estrutura da receita	dez/13	dez/12
Receitas próprias / Receita total	26,45%	23,13%
Transferências recebidas / Receita Total	73,55%	76,87%
Passivos Financeiros / Receita Total	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros / Despesa Total	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros / Serviço da Dívida	0,00%	0,00%

6. Considerando o mapa referente à execução da despesa, apenas se verificou uma aproximação à execução da totalidade ao nível dos subsídios concedidos (subsídio atribuído à empresa Municipal EMCEL). As restantes rubricas correntes e de capital registam graus de execução inferiores às dotações previstas.

No global, as despesas correntes apresentam um grau de execução orçamental na ordem dos 42,73% (despesa paga/dotação corrigida, excluindo as operações extra orçamentais e orgânicas relativas à rubrica 01 - Assembleia-municipal), quando no período anterior este indicador era de 51%.

Tendo por base a composição das despesas correntes, importa destacar as despesas com pessoal, cujo grau de execução orçamental ronda os 77% essencialmente em resultado da dívida assumida com encargos com a saúde e ainda não paga. A aquisição de bens e serviços também apresenta um grau de execução orçamental baixo, uma vez que as despesas pagas representam cerca de 38% dos compromissos assumidos, isto é, este índice traduz dívida assumida e ainda não regularizada a fornecedores, situação



que se justifica essencialmente com o facto de a adesão ao programa PAEL (Programa de Apoio à Economia Local criado pela Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto) e “Reequilíbrio Financeiro” ainda não se encontrarem implementados, por se acharem pendentes de aprovação pelo Tribunal de Contas.

No que se refere a juros e outros encargos, o valor dos compromissos assumidos está relacionado com o plano concebido para a adesão a um plano de Reequilíbrio Financeiro (que inclui a candidatura ao programa PAEL), sendo que a baixa execução orçamental resulta do facto daqueles programas ainda não terem sido implementados, assim como terem sido comprometidos os juros a pagar relacionados com os fornecimentos obtidos de “Manuel Rodrigues Gouveia, S.A.” no valor de 890.809,14 € e os juros moratórios (no valor de 174.088,96 €) associados ao empréstimo “243000806491”, refletido na conta “2312111” no valor de 1.208.142,81. De todo o modo, o grau de execução orçamental desta despesa foi de 13% quando em igual período do ano anterior foi de 3%.

Ao nível das despesas de capital o grau de execução do orçamento foi de 15,52% sendo que em igual período do ano anterior atingiu 34,7%.

Considerando a despesa global (corrente e capital), o grau de execução orçamental é cerca de 29%, tendo no ano anterior atingido 44%.

Globalmente, os baixos graus de execução orçamental da despesa encontram-se relacionados com o baixo volume de despesa paga em função das dotações corrigidas ao nível da despesa em resultado do valor acumulado dos compromissos assumidos, situação que revela a fragilidade financeira do Município e justifica a adesão ao programa PAEL e “Reequilíbrio Financeiro”.

7. Ao nível da execução orçamental da receita, globalmente, o seu grau de execução orçamental é inferior ao verificado em igual período do exercício anterior, tendo atingido 29% contra 45% do ano transato.

Contudo, importa destacar a situação referente às receitas correntes cujo grau de execução orçamental é de 95% (contra 44% em 2012), facto justificado com uma evolução positiva relacionada com a cobrança de receita ao nível dos impostos diretos (que inclui as receitas de imposto municipal sobre imóveis, imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis, derrama e imposto único de circulação) e indiretos que, no seu conjunto, ultrapassou em 244.800 € as previsões corrigidas. Ao nível das receitas correntes, a receita líquida cobrada ficou abaixo das previsões corrigidas em cerca de 389.397 €, valor que resulta do agregado das rubricas que compõem a execução orçamental da receita corrente.

Adicionalmente, em 2013 as transferências obtidas do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro) incorporam maior componente corrente do que capital razão que justifica a diferença de classificação face ao ano anterior.

Considerando as receitas de capital, o seu grau de execução é de 10% (contra 45% verificados no termo do ano de 2012), facto que se deve fundamentalmente à não obtenção das verbas previstas no âmbito



do programa de “Reequilíbrio Financeiro” (23.803.591,43 €). Considerando a relevância deste montante, o baixo grau de execução da receita total está diretamente relacionado com este efeito, fator que prejudica os índices mais atrativos obtidos ao nível da execução da receita corrente.

8. Ainda relacionado com a execução da receita, devemos referir a divergência entre as receitas previstas e as receitas líquidas cobradas, sendo os casos mais relevantes ao nível das transferências correntes, venda de bens e serviços correntes e a obtenção de receitas via assunção de passivos financeiros. Contudo, é de salientar que os graus de execução orçamental, exceto no que se refere aos passivos financeiros, é substancialmente superior ao verificado em períodos anteriores, facto que demonstra maior equilíbrio na elaboração dos orçamentos de receita.
9. Considerando a relação entre receitas e despesas, na ótica da despesa paga, as receitas correntes superaram as despesas correntes (100% contra 84% em 2012), situação que gerou evolução inversa tendo por base a ótica da despesa comprometida (47% em 2013 contra 49% em 2012). Tendo por base as receitas totais e despesas totais, na ótica da despesa paga, a receita total representa 99,55% da despesa total (101,68% em 2012) e, na ótica da despesa comprometida, a receita total representa 30% da despesa total (contra 59% em 2012).

Ao nível das despesas com pessoal, na ótica da despesa paga, estas correspondem a 33,3% da despesa total (contra 31,91% em 2012), sendo que na ótica da despesa comprometida esta ascende a 12,44% da despesa total (contra 22,9% em 2012). Para este efeito terá contribuído a reposições aos funcionários públicos de um dos subsídios assim como o acréscimo nas taxas de contribuição por parte do Município para a CGA (Caixa Geral de Aposentações) de 15% em 2012 para 20% em 2013 e de 22,3% para 23,75% nas contribuições à Segurança social.

No que se refere às receitas próprias, é de salientar o acréscimo, face a igual período do ano anterior, do valor obtido, isto é, passaram de 2.438.663,24 € em Dezembro de 2012 para 2.599.085,69 € em dezembro de 2013 (mais 160.422,45 €). Este efeito permitiu uma melhoria da cobertura das despesas totais com este tipo de receitas. Deste modo, na ótica da despesa paga, as receitas próprias permitem cobrir 26,33% das despesas totais, quando em igual período do ano anterior este indicador era de 23,52%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, no final do ano de 2013, as despesas totais são cobertas em 7,97% pelas receitas próprias quando em 2012 este indicador era de 13,66%.

10. A despesa comprometida em 2013 mostrou-se superior em 22.771.238,79 € em relação à receita cobrada, quando este valor ascendia a 7.305.111,67 € no final de 2012, evidenciando este um indicador dificuldades do Município em proceder à liquidação atempada dos seus compromissos. Contudo, esta evolução está diretamente relacionada com o registo de todos os compromissos relativos ao pagamento de dívida (incluindo as Plurianuais e os juros associados ao plano de Reequilíbrio, apresentados com base na informação dos planos financeiros das Instituições bancárias), conforme decorre da adesão ao plano de Reequilíbrio Financeiro (no qual se encontra incluída a adesão ao programa PAEL).

## ANÁLISE ECONÓMICA

11. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

**Mapa 5 - Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)**

Proveitos e Ganhos		2013	%	2012	%
Cl.	Designação				
71	Vendas e prestações de serviços	464 641,83	5,04%	446 636,57	4,93%
72	Impostos e taxas	1 659 552,45	17,99%	1 340 825,50	14,81%
73	Proveitos Suplementares	345 559,40	3,75%	311 472,54	3,44%
74	Transferências e subsídios obtidos	6 101 370,01	66,13%	6 020 151,52	66,49%
75	Trabalhos para a própria entidade	38 291,76	0,42%	143 567,72	1,59%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	8 091,24	0,09%	1 977,21	0,02%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	608 987,45	6,60%	789 989,49	8,72%
<b>TOTAL DE PROVEITOS</b>		<b>9 226 494,14</b>	<b>100,00%</b>	<b>9 054 620,55</b>	<b>100,00%</b>

**Mapa 6 - Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)**

Custos e Perdas		2013	%	2012	%
Cl.	Designação				
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	412 379,26	4,72%	430 530,36	4,91%
62	Fornecimentos e serviços externos	2 158 422,69	24,73%	2 128 020,86	24,28%
63	Transf. e subsid. corr. conced. e prest. sociais	465 765,74	5,34%	530 416,10	6,05%
64	Custos com o pessoal	3 389 984,47	38,84%	3 249 840,44	37,09%
65	Outros custos e perdas operacionais	45 143,06	0,52%	52 070,65	0,59%
66	Amortizações do exercício	1 359 492,42	15,58%	1 261 178,72	14,39%
67	Provisões do exercício	44 103,61	0,51%	36 765,32	0,42%
68	Custos e perdas financeiros	718 939,70	8,24%	836 356,11	9,54%
69	Custos e perdas extraordinários	134 348,35	1,54%	237 591,07	2,71%
<b>TOTAL DE CUSTOS</b>		<b>8 728 579,30</b>	<b>100,00%</b>	<b>8 762 769,63</b>	<b>100,00%</b>



12. A estrutura de proveitos e ganhos regista um acréscimo de 171.873,59 € em relação aos valores apresentados com reporte a dezembro de 2012. Do ponto de vista qualitativo, não há diferenças relevantes a assinalar, pese embora, do ponto de vista quantitativo, sejam de assinalar, com exceção dos proveitos e ganhos extraordinários que diminuíram 181.002,04 €, acréscimos em todas as rubricas, cujo efeito conjunto reporta à diferença já assinalada. No que se refere aos acréscimos são de destacar o acréscimo dos impostos e taxas (mais 318.726,95 €), nas vendas (mais 18.005,26 €) e nas transferências de subsídios obtidos (mais 81.218,49 €). A maior obtenção proveitos e ganhos relacionados com impostos e taxas está diretamente relacionada com o recebimento (e cálculo de estimativa de valores a receber em 2014) de tributos de imposto municipal sobre imóveis, imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis, derrama e imposto único de circulação, tendo, ao nível da execução orçamental, ultrapassado os valores orçados para 2013. No que se refere às vendas o acréscimo verificado é inferior a 5% face ao verificado em igual período do ano anterior, sendo que os valores mais expressivos reportam à cobrança de tarifas de água e saneamento e rendas. Importa referir que consta do relatório de gestão (página 15) um quadro demonstrativo da evolução destas receitas nos últimos cinco anos.

Devemos destacar que a candidatura ao programa “PAEL” e a adesão ao programa de “Reequilíbrio Financeiro” implicou que o Município tenha estimado nas suas receitas a situação da derrama, imposto inexistente no ano anterior e que rendeu à Autarquia, em 2013, 111 368,71 €.

13. O decréscimo apresentado na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários está diretamente relacionado com a correção de gastos e regularizações de saldos de terceiros transitados de períodos anteriores, factos que se verificaram em menor valor e quantidade face a 2012.

14. Com referência à estrutura de custos e perdas, estes sofreram um decréscimo de 34.190,33 € face ao verificado em igual período do exercício anterior, sendo que a composição qualitativa não se alterou significativamente face ao verificado em igual período transato. De todo o modo, importa salientar o acréscimo dos fornecimentos e serviços externos (mais 30.401,83 € - 1,4% do que o verificado em 2012, sendo que as rubricas de trabalhos especializados, rendas e alugueres e tratamento de resíduos sólidos foram as que mais acréscimo sofreram), acréscimo de 140.144,03 € nos gastos com o pessoal (mais 4,31% que em 2012) e mais 98.313,70 € (7,80% face a 2012) nas amortizações do período (essencialmente relacionado com novos investimentos, transferência de imobilizados em curso para imobilizado firme e valorização de itens do inventário que se encontravam registados por valor nulo).

15. Da conjugação dos efeitos descritos nos dois parágrafos anteriores, à semelhança do que é referido no relatório de gestão, verifica-se uma melhoria do resultado líquido do exercício de 206.063,92 €, tendo passado de 291.850,92 € em 2012 para 497.914,84 € em 2013. Este efeito permitiu a melhoria de indicadores de gestão como sejam a autonomia financeira (passou de 18% em 2012 para 25% em 2013, facto explicado pelo acréscimo do resultado e pelo acréscimo do património no valor de 3.600.335,83 €

em resultado da avaliação por parte da Autoridade Tributária de alguns imóveis registados com valor nulo até 31-12-2012) e a solvabilidade (de 36% em 2012 para 55% em 2013).

## ANÁLISE FINANCEIRA

16. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

**Mapa 7 - Dívidas de terceiros (em Euros)**

Classif.	Designação	dez/13	%	dez/12	%
<b>211+212+213</b>	Clientes, contribuintes e utentes c/c	120 688,00	26,16%	111 010,94	15,68%
<b>218</b>	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	5 296,70	1,15%	4 052,73	0,57%
<b>24</b>	Estado e outros entes públicos	31 790,91	6,89%	42 624,60	6,02%
<b>264</b>	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>262+263+267+268</b>	Outros Devedores	303 605,98	65,80%	550 312,34	77,73%
<b>28</b>	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	<b>Total Curto Prazo</b>	461 381,59	100,00%	708 000,61	100,00%
	<b>Total Médio Longo Prazo</b>	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	<b>TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS</b>	<b>461 381,59</b>	<b>100,00%</b>	<b>708 000,61</b>	<b>100,00%</b>

**Mapa 8 - Dívidas a terceiros (em Euros)**



Classif.	Designação	dez/13	%	dez/12	%
2311	Empréstimos de curto prazo	3 553 524,39	16,57%	3 215 140,77	14,61%
221	Fornecedores c/c	3 398 081,65	15,85%	3 800 415,47	17,27%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	835 318,66	3,90%	183 849,77	0,84%
217	Clientes e utentes c/cauções	35 927,11	0,17%	35 927,11	0,16%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	4 928 198,94	22,98%	4 417 086,95	20,08%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	96 240,96	0,45%	234 108,67	1,06%
24	Estado e outros entes públicos	781 556,60	3,64%	789 288,87	3,59%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	2 274 447,67	10,61%	2 451 873,46	11,14%
	<b>Total Curto Prazo</b>	<b>15 903 295,98</b>	<b>74,16%</b>	<b>15 127 691,07</b>	<b>68,75%</b>
2312	Dívidas a instituições de crédito	5 542 205,79	25,84%	6 875 150,15	31,25%
2689	Outros credores	446 340,84	2,08%	912 279,97	4,15%
	<b>Total Médio Longo Prazo</b>	<b>5 542 205,79</b>	<b>25,84%</b>	<b>6 875 150,15</b>	<b>31,25%</b>
	<b>TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS</b>	<b>21 445 501,77</b>	<b>100,00%</b>	<b>22 002 841,22</b>	<b>100,00%</b>

17. Considerando os compromissos já assumidos não faturados ao nível das despesas de capital (i.e., por relevar na contabilidade patrimonial, uma vez que não se encontram ainda executadas) no valor de 3.219,165,73 €, aferem-se responsabilidades financeiras totais de 24.664.667,50 € no final de 2013, quando em dezembro de 2012 as responsabilidades eram de 23.946.973,45 €.

18. No âmbito da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 - em vigor em 31-12-2013) - Título IV, verifica-se que:

- a) É excedido o limite previsto no n.º 1 do seu art.º 37.º.
- b) Deverá ser dado cumprimento quanto ao estabelecido na disposição do n.º 2 do seu art.º 37.º. que obriga à redução de 10% em cada ano subsequente, do excesso do limite de endividamento líquido até que este seja cumprido.
- c) Considerando o estabelecido no Orçamento de Estado (OE) para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro) que determina no artigo 98.º que o valor do endividamento líquido em 31 de Dezembro de 2013, calculado com base na LFL (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro), não pode exceder o menor dos valores que existiam em 31 de dezembro de 2012, calculado nos seguintes termos:
  - i) Com base no n.º 1 do artigo 37.º da LFL, isto é, não poderá exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local; ou

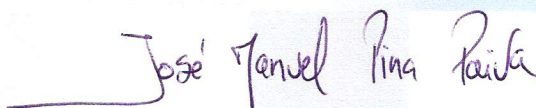
ii) Limite de endividamento líquido de 2012.

d) É excedido o limite previsto no n.º 2 do seu art.º 39.º.

19. Nos termos do n.º 6 do artigo 32.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a existência de uma participação financeira na empresa Municipal “EMCEL” implica que a mesma seja objeto de avaliação anual pelos respetivos órgãos sociais, incluindo a elaboração de um relatório anual sobre a situação económica e financeira, documento que deverá ser comunicado à Inspeção-Geral de Finanças.

Viseu, 22 de abril de 2013

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca & Paiva, SROC, Lda., n.º 282,  
Representada por José Manuel Pina Paiva, ROC n.º 1539